

Notas e Informações

Autopiedade, até quando?

O presidente José Sarney pergunta-se, com a candura própria dos que, no Evangelho, Cristo dizia serem pobres de espírito: "Se o pacto social deu certo no México, em Portugal, em Israel e vem dando na Argentina, por que não iríamos ter resultado com o pacto no Brasil?" Não é o caso de tentar explicar ao chefe de governo as diferenças históricas, políticas e institucionais entre o Brasil e o México (onde o PRI manda e desmanda) ou Portugal (onde vige o parlamentarismo e a Comunidade Européia fornece generoso auxílio financeiro anual), ou ainda Israel (país sitiado por inimigos, em permanente estado de beligerância e, ademais, parlamentarista). No que tange à Argentina, cremos que o temor de golpes de Estado semestrais pode ser um fator que contribui para o êxito momentâneo das reformas, pelo menos enquanto se aguarda outro plano para corrigir o malogro do anterior. O presidente deve ter tido suas razões para esquecer as peculiaridades de cada país que mencionou. Respeitemo-las.

O que não pode passar sem reparos é o estado de espírito de s. exa., que vê tudo cor-de-rosa de seu lado e negro do outro. Para o presidente, o governo já fez o que tinha de fazer; não apenas tem o pleno controle da máquina estatal, como também está fazendo o seu "sacrifício político". Este é o ponto: para o presidente, os trabalhadores devem fazer sacrifícios nos salários; os empresários devem fazer sacrifícios nos lucros, reinvestimentos e criação de novos empregos. O governo só deve fazer sacrifícios políticos — isto é, ser impopular! Sucede que o governo do sr. José Sarney é impopular porque s. exa. arca com pesado ônus: o de manter um ministério que não se entende, e cuja reforma é protelada, parece, porque o sr. Aureliano Chaves não decidiu ainda se pedirá ou não demissão. Ironias à parte, o sacrifício político do governo decorre não do empenho do Ministério em cortar despesas e racionalizar processos — pois nada disso faz —, mas sim da consciência que se alastra por toda a sociedade de que não há comando efetivo na administração.

O presidente da República sabe disso; tanto sabe, que não perde oportunidade

de para voltar aos *slogans* anticapitalistas do sr. Dilson Funaro na época do Plano Cruzado. Quando todos percebem que o pacto deixou de ser pacto para ser um armistício rompido da parte do governo com o lançamento de impostos inflacionários e anticonstitucionais (afora ter empurrado goela abaixo dos empresários um tabelamento que não estava previsto nas discussões iniciais), o presidente ostenta tranqüilidade e diz para que todos ouçam (e se possível tremiam): "Há muita gente ganhando com a especulação e com a inflação". E acrescenta: "Não podemos esquecer... os especuladores". Em outras palavras, o sr. Sarney julga que se não fosse a versão hodierna daquela *vile razza dannata* contra qual se erguia Rigoletto, tudo estaria em paz e ele, presidente, não estaria arcando com o peso dos sacrifícios políticos.

É pena que s. exa. não se tenha perguntado as causas da existência dos especuladores (no mercado financeiro, obviamente) e da inflação. No mercado financeiro, joga-se com títulos públicos, cujas taxas de juro são fixadas pelo Banco Central e não pelos especuladores. Dondê se pode dizer, com certa graça, que o especulador-mor é o Banco Central — como de fato é, pois deve urdir mil artimanhas para convencer os milhões de brasileiros que operam no *open* e no *over* de que os títulos do governo merecem fé, apesar de haver quem diga que existe indolência e incompetência nele. A inflação, disso sabe o presidente Sarney, não é produzida pelos especuladores; eles surgem quando a inflação ultrapassa os limites do razoável. Ora, isso acontece quando o déficit público foge ao controle das autoridades monetárias, seja porque o Executivo é perdulário (e a Norte-Sul é exemplo típico de desperdício), seja porque o Legislativo acompanha a ciranda dos que gastam pensando evitar sacrifícios eleitorais.

O presidente diz que a expectativa do déficit público em relação ao PIB diminuiu, tendo chegado a 1,8% em setembro. Milagre! — exclamam os homens do FMI. Possivelmente em 1989, na realidade, o déficit fique em torno de 4,9%, o que já é uma proeza, ainda assim fabricadora de especuladores e de inflação. O que o presidente deveria explicar, igualmente, é que esses números são incompatíveis, e por-

tanto nada traduzem à luz de uma análise mais profunda. O déficit público está sendo medido pelo *conceito operacional*, isto é, deduzidos os efeitos da correção monetária e da variação cambial sobre o enorme número que fecha as contas nacionais. O PIB é nominal, não sofrendo nenhuma dedução de efeitos das correções cambial e monetária. Por isso, quando se compara o déficit nominal com o valor nominal do PIB, tem-se que o déficit público em 1989 estará beirando os 40% do PIB!!! E haja Norte-Sul engordada pelo Congresso!

O presidente da República deveria dizer à Nação o contrário do que maldosamente insinua contra os empresários: o Executivo não sabe ainda ao certo que orçamento terá para governar o País no ano que vem. O projeto foi elaborado com base nos preços de junho de 1988, prevendo-se uma indexação complexa, parte em OTN, parte em URP. O Congresso votou contra a indexação. Que restou então? Simplesmente, a obrigação de o Executivo, conforme o caso, mês a mês, pedir suplementação ao Poder Legislativo, que a concederá sem dúvida, mas cobrando seu preço e fazendo valer seu poder. Mais ainda, o orçamento foi feito com uma dada previsão de salário mínimo. Ele agora é bem maior do que o imaginado. O déficit será sempre o mesmo? A Previdência Social suportará os acréscimos decorrentes da política social do Congresso? O déficit público não aumentará em consequência dessa generosidade congressional? Em janeiro, que sucederá?

Sem dúvida, todos reconhecem que a assinatura do pacto, pelo seu efeito psicológico, evitou que a hiperinflação batesse à porta no mês de dezembro. O perigo dela não está afastado, no entanto; será sempre maior quanto mais o presidente se refugiar na postura de vítima da conjura dos empresários (os que chama de especuladores) e julgar que tudo fez com paciência de Jó.

Basta de lamúrias para encobrir malogros administrativos. O Brasil espera algo mais de seus governantes do que a autocomiseração. Ou seremos, os brasileiros, forçados a ouvir durante mais 15 meses que o governo faz sacrifícios políticos e os empresários especulam e são gananciosos?